

Bier prevê dívida estável em 1998

Assessor do Planejamento acredita que superávit no orçamento e privatização cobrirão gastos com juros

NILTON HORITA

O superávit de R\$ 7 bilhões previsto no projeto de Orçamento Geral da União enviado ao Congresso somado aos R\$ 15 bilhões que o governo espera arrecadar com a privatização das estatais federais serão suficientes para cobrir as despesas com juros reais no ano que vem e manter estável o tamanho da dívida pública. Essa projeção foi feita pelo assessor especial do Ministério do Planejamento, Amaury Bier, para quem o ano eleitoral não impedirá a condução austera das contas públicas.

Segundo Bier, o governo tem consciência de que será preciso avançar nas reformas constitucionais, mas lembra que será um processo de vários anos. Ou seja, serão necessárias votações sobrepostas dos mesmos itens da agenda durante um bom tempo até conseguir-se o modelo fiscal ideal para o Brasil.

Na sua opinião, o contexto macroeconômico do próximo ano é muito importante para determinar a boa transição para as eleições, num clima de tranqüilidade do ponto de vista econômico. "E, para isso, entra em questão dar sinais de esforço para um ano austero, nos limites do que é possível", disse. "Essa é a razão de um Orçamento feito de modo a garantir um superávit primário."

Bier disse que vem mantendo reuniões com bancos estrangeiros que questionam "como faremos para avançar na questão fiscal, como faremos as mudanças estruturais e se o ano eleitoral vai atrapalhar". Ele é categórico: "Não vai atrapalhar."

Para o assessor, o governo sabe que o País necessita de ingresso de capital estrangeiro por conta do déficit em conta corrente. "Por isso,



José Paulo Lacerda/AE

Bier: "Orçamento foi feito para garantir um superávit primário"

torna-se importante dar sinais de avanços constantes nas contas públicas e o orçamento tem esse sentido, na medida em que projeta gastos e despesas de forma adequada, bem calibrada. "A expansão de gastos dos setores de Previdência e folha de pessoal, as chamadas despesas incompressíveis do governo, são as responsáveis por boa parte da expansão de gastos em termos nominais."

De acordo com Amaury Bier, isso determina mais aperto nas áreas de custeio e de investimento. "Áreas prioritárias, como saúde, educação e reforma agrária, estão expandindo seus gastos e as demais, tomadas em conjunto, estão tendo compressão em relação ao orçamento anterior", lembrou.

"Na parte de projetos e investimentos, o que se tem é estabilida-

de ou pequena queda, que não comprometem as metas de vários projetos que são foco desinteresse do governo."

O orçamento prevê despesas de R\$ 180 bilhões, dos quais R\$ 48 bilhões em pessoal, R\$ 51 bilhões na Previdência, R\$ 40 bilhões em transferências e demais despesas incompressíveis e R\$ 38 bilhões em atividades e projetos. A arrecadação deverá atingir R\$ 187 bilhões.

"O Congresso pode remanejar recursos, dar prioridade a alguns projetos, pois é claro que os deputados têm parte na formulação do orçamento", observa. "Não sei co-

mo será o equacionamento financeiro da campanha dos parlamentares, mas o fato objetivo é que há limites claros e compromisso em manter esse resultado primário."

Segundo Bier, se forem somados os R\$ 7 bilhões de superávit mais a receita de privatização do governo federal, que deverá ser da ordem de R\$ 15 bilhões, o País terá o equivalente aos juros reais que o governo terá de pagar no próximo ano.

Com isso, de acordo com ele, a dívida do governo em termos reais deve permanecer estável, "o que é importante do ponto de vista do mercado, pois estamos todos comprometidos com o projeto. "A meta foi discutida com todos os escalões do governo, com o presidente Fernando Henrique, com os ministros, e tornou-se uma peça do governo."

As coisas, observou, estão caminhando relativamente bem para 98. "Consideramos uma inflação menor que a de 97 e, mantendo uma tendência de declínio, temos a perspectiva desse resultado fiscal, que não é a ideal, mas a satisfatória."

Segundo ele, em relação ao setor externo, o cenário é de estabilidade do déficit em transações correntes, ao redor de 4,5% ou 5% do PIB, e manutenção da recuperação das exportações.

O desafio, afirmou, é que as exportações continuem crescendo no próximo ano. "Existem algumas grandes ameaças no ano que vem, como o problema do

Sudeste Asiático, que não está completamente absorvido, pois não se sabe exatamente seus desdobramentos", ressaltou. "Há, também, alguma incerteza em relação à política monetária nos EUA, mas o

aumento de 0,25% ou 0,50% nos juros americanos não chega a ser algo que possa desestruturar a estratégia de política econômica." (Agência Estado)

ANO
ELEITORAL NÃO
ATRAPALHA, DIZ
ASSESSOR